Santa Catarina na XXVII feira do livro de Porto Alegre

BOI de MAMÃO

SECRETARIA DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

Fundação Catarinense de Cultura

OUTUBRO 1981 No. 5

ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

BOI de MAMÃO

Edição da Fundação Catarinense de Cultura
Rua Victor Konder, 71
88.000 – Florianópolis, SC

Diretor-Responsável: João Nicolau Carvalho
Editor-Chefe: João Paulo Silveira de Souza
Editora de Texto: Colaca Grangeiro
Conselho Consultivo: Alcides Buss, Carlos Humberto Corrêa, Celestino Sachet, Doralécio Soares, Harry Laus, Holdemar Menezes, Jair Francisco Hamms, Laudelino Santos Neto, Lauro Junkes, Lindolf Bell, Marcos Konder Reis, Nereu Corrêa, Nereu do Vale Pereira, Osmar Pisani, Osvaldo Mello Filho, Paulo Costa Ramos, Salomão Antonio Ribas Júnior, Silvio Coelho dos Santos, Theobaldo Costa Jamundá.
Arte e Diagramação: Marcos Rodrigues Malta (Marquito)
Composição de Texto: Lenir S. Silva, Arlete Raupp e Zalmir Pereira.
Serviços Gráficos: Tereza Aguiar, Salete Casett, Raquel
Revisão: Todeschini, Marise Andrade, Maria F. Campos e Laureci Maciel.

Fotos: Paulo Afonso Matos.

Composto e Impresso nas Oficinas da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (IOESC) – 1981

CONCURSO 21 DEDOS DE PROSA

1. OBJETIVO
Proporcionar o conhecimento de obras de autores catarinenses, especificamente na área do conto, através do incentivo à prática de **resenha crítica.**

2. PROMOÇÃO E COORDENAÇÃO
ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ESCRITORES – ACEs.

3. APOIO
Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
Fundação Catarinense de Cultura
Orleans Gráfica.

4. PARTICIPAÇÃO
O Concurso 21 DEDOS DE PROSA é aberto à participação de qualquer brasileiro residente ou não no país.

5. DESENVOLVIMENTO
O Concurso consiste da redação de uma **resenha crítica** sobre o livro 21 DEDOS DE PROSA. Edição da Associação Catarinense de Escritores/Cambirela–1980, que reúne 21 contistas dos mais expressivos da literatura catarinense contemporânea.

A **resenha crítica** terá, obrigatoriamente, que abranger os 21 contos que compõe o livro.

Os trabalhos deverão ser enviados em 3 vias, datilografados em papel ofício, de um só lado, em espaço dois, com um mínimo de 5 páginas.

No trabalho deverá figurar apenas o título e o pseudônimo do autor.

Com o trabalho o concorrente enviará um envelope lacrado, em cuja face constará o título do trabalho e o seu pseudônimo, contendo em seu interior as seguintes informações:

a) Título do trabalho;
b) Pseudônimo do autor;
c) Nome e endereço completos;
d) Breve currículo.

Os trabalhos deverão ser remetidos até o dia 30 de março/82 para o seguinte endereço:
Associação Catarinense de Escritores
Caixa Postal – D-56
88.000 – Nossa Senhora do Desterro – SC

A Associação Catarinense de Escritores constituirá uma comissão para avaliar e selecionar o trabalho vencedor, sendo essa comissão soberana em suas decisões.

O trabalho vencedor será publicado no jornal ENGENHO, órgão de divulgação da Associação Catarinense de Escritores.

O valor do prêmio será de Cr$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros).

Serão concedidas as menções honrosas Tito Carvalho e Othon D'Eça, pela Academia Catarinense de Letras.

IMPORTANTE
OS LIVROS PODERÃO SER ADQUIRIDOS:

1 – Nas livrarias da Capital
2 – Diretamente: Neste caso basta encaminhar cheque nominal em favor da Associação Catarinense de Escritores que receberá o livro sem nenhuma outra despesa.

PREÇO DO LIVRO POR EXEMPLAR – Cr$ 300,00 (trezentos cruzeiros)

A DIRETORIA

concursos literários 1981

POESIA PRÊMIO LUIZ DELFINO, Cr$ 50.000,00
CONTOS PRÊMIO VIRGÍLIO VÁRZEA, Cr$ 50.000,00

– regulamento –

Art. 1o. – Fica instituído o Concurso Literário 1981 com o Prêmio Virgílio Várzea para contos e o Prêmio Luís Delfino para poesia.

Parágrafo único – O objetivo é estimular a criatividade literária a aproveitar originais de autores catarinenses; também manter bem lembrados os nomes dos escritores Virgílio Várzea e Luís Delfino.

Art. 2o. – A este concurso pode concorrer qualquer pessoa residente no território catarinense e todo catarinense residente fora, contanto que não trabalhe na Fundação Catarinense de Cultura ou na Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 3o. – Os trabalhos concorrentes devem ter as normas seguintes:

§ 1o. – Ao Prêmio Luís Delfino para livro de poesia concorrerá quem apresentar original inédito escrito em português;
– CADA PÁGINA DATILOGRAFADA em espaço dois e de um lado só, papel tamanho ofício;
– cada página com o pseudônimo e numerada;
– remetido em três vias;
– poemas inéditos;
– contendo o original no mínimo dez poemas;

§ 2o. – Ao Prêmio Virgílio Várzea para contos concorrerá quem apresentar original inédito escrito em português;
– cada página datilografada em espaço dois e de um lado só, papel tamanho ofício;
– cada página com o pseudônimo e numerada;
– remetido em três vias;
– original inédito;

§ 3o. – O prazo para remessa de original é de agosto deste ano até 16 de novembro do mesmo, às dezessete horas;

§ 4o. – A remessa do original concorrente deve ser para FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, Unidade de Letras, Rua Victor Konder, 71 – 88000 Florianópolis, SC (PARA O CONCURSO LITERÁRIO 1981);

§ 5o. – As três vias do livro concorrente devem ser acompanhadas de envelope fechado contendo os dados pessoais do remetente: nome completo, onde nasceu, onde reside, pseudônimo, título do livro, endereço;

§ 6o. – O original remetido pelo Correio será controlado, no recebimento, pelo carimbo postado no envelope.

Art. 4o. – A Comissão Julgadora será composta por três membros nomeados pela Superintendência da FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA.

§ 1o. – A Comissão Julgadora decidirá por maioria de votos e em caráter irrevogável; poderá desclassificar ou deixar de conceder os prêmios se, a seu juízo, nenhum dos livros concorrentes apresentar qualidade convincente;

§ 2o. – Dos originais selecionados a Comissão Julgadora classificará quatro, sendo um de poesia e um de contos para os dois primeiros prêmios; um de poesia e um de contos para receber Menção Honrosa;

§ 3o. – Os valores dos dois primeiros prêmios são:
– Prêmio Luís Delfino para livro de poesia Cr$ 50.000,00
– Prêmio Virgílio Várzea para contos Cr$ 50.000,00;

§ 4o. – A Comissão Julgadora poderá sugerir à Superintendência da Fundação Catarinense de Cultura mais uma Menção Honrosa para um original de cada gênero;

§ 5o. – Os autores de originais classificados com Menção Honrosa receberão placas com gravação alusiva à participação respectiva;

§ 6o. – Os autores classificados em primeiro lugar assinarão contrato com a Fundação Catarinense de Cultura cedendo os direitos autorais para as primeiras edições dos originais concorrentes;

§ 7o. – Os originais concorrentes serão devolvidos se forem procurados no prazo de 45 dias a contar da data da entrega dos prêmios; depois deste, serão incinerados.

Art. 5o. – Os serviços da Comissão Julgadora serão remunerados à base de dois salários mínimos para cada membro.

Art. 6o. – Qualquer identificação anula a participação do concorrente.

Art. 7o. – O trabalho da Comissão Julgadora será desenvolvido no período de 20 de novembro a 29 de dezembro do ano corrente.

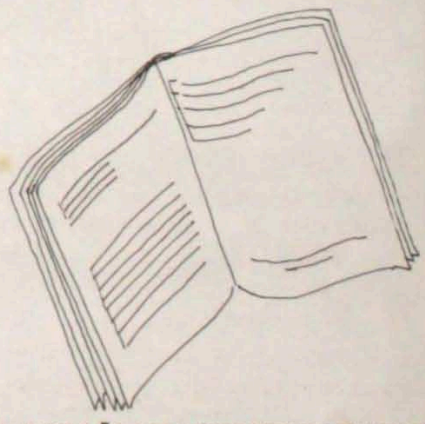
Art. 8o. – A entrega solene dos prêmios com lançamentos dos livros premiados será em dia da 2a. quinzena de abril de 1982 como atividade do transcurso do Sesquicentenário do nascimento do PINTOR VICTOR MEIRELLES (Nossa Senhora do Desterro, SC 18/VIII/1832 – 22/11/1903).

Art. 9o. – O autor de original enviado para este concurso será entendido pela Fundação Catarinense de Cultura como concordante com este regulamento sem restrições.

Art. 10 – Da decisão da Comissão Julgadora não cabe recurso.

Florianópolis, SC agosto de 1981
JULIO CÉSAR
Presidente do Conselho Deliberativo

JOÃO NICOLAU CARVALHO
Superintendente

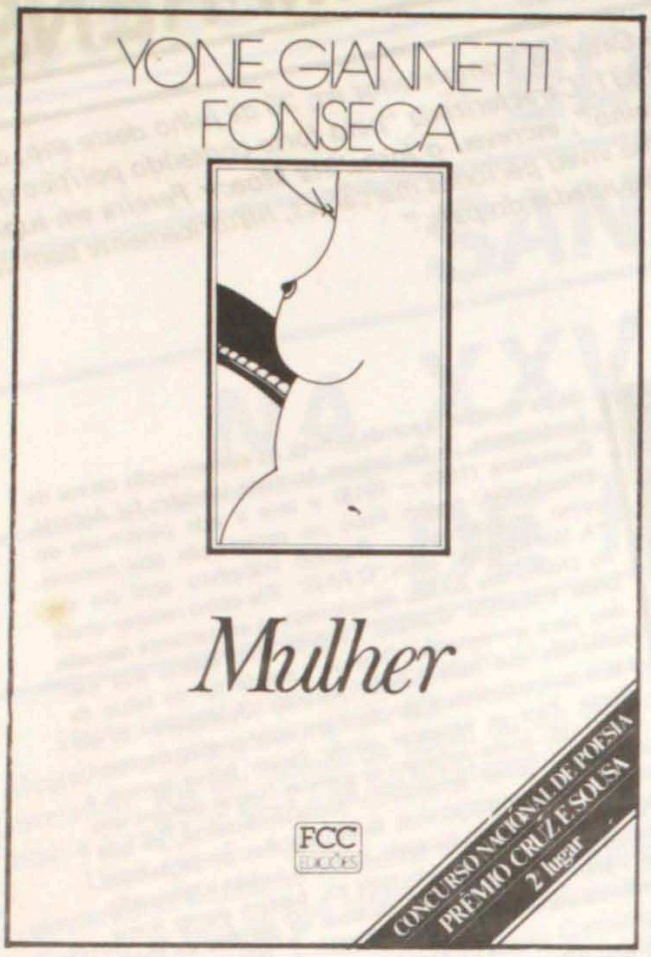


FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA
Rua Victor Konder, 71
88000 – Florianópolis, SC

ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

Concurso Nacional de Poesia

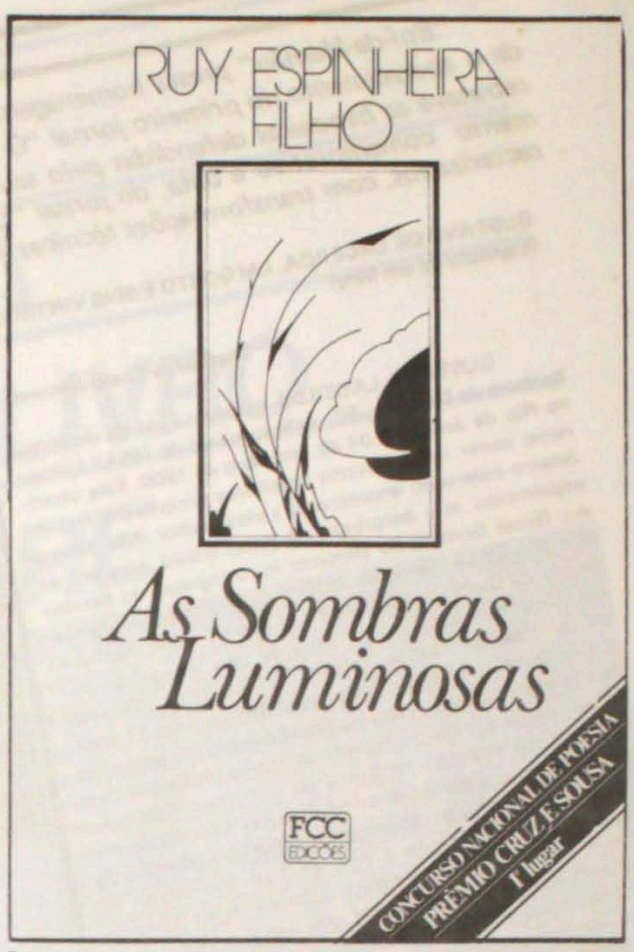
Premiados



Yone Giannetti Fonseca conquistou, com **Mulher**, o segundo prêmio no concurso. Nascida em Belo Horizonte, reside em São Paulo. É bacharel em Línguas e Letras Neo-Latinas pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e diplomada em Psicologia pela Faculdade de Filosofia "Sedes Sapiential", da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem dois livros de poesia publicados: **A fala e a forma**, 1963, com apresentação de Cassiano Ricardo, e **Rosa dialética**, de 1975, com apresentação de Mário Chamie.

Osmar Pisani (vencedor na categoria autor catarinense) é natural de Brusque, onde nasceu em 1936. Bem cedo se transferiu para Florianópolis, aqui tendo realizado seus estudos e iniciado atividades culturais. Formado em Letras e em Ciências Jurídicas e Sociais, é professor, crítico de artes plásticas e poeta. Estudioso da obra de Cruz e Sousa, tem vários livros de poesia publicados. Concorreu com cerca de cem outros catarinenses. Em seu parecer, a comissão julgadora fez questão de acentuar o alto nível da poesia que hoje se pratica em Santa Catarina, destacando que ao final da seleção prévia, vários concorrentes disputaram o prêmio em igualdade de condições com Pisani, que acabou ganhando por unanimidade.

Seu livro premiado se intitula **As paredes do mundo**. Falando de seu fazer poético, o autor diz: "O toque lírico, a linha mágica da infância, a consciência de um estado de verdadeira percepção dos conflitos humanos são formas de comprometimento com o mundo."



Ruy Espinheira Filho, o vencedor (1o. prêmio) do Concurso Nacional de Poesia, Prêmio Cruz e Sousa, é baiano de Salvador, nascido em 1942. Formado em Jornalismo e com mestrado em Ciências Humanas, ensina Biblioteconomia e Comunicação na Universidade Federal da Bahia. Tem publicado livros de ficção e de poesia. Ruy concorreu com o pseudônimo de Lúcio Umbra, o mesmo título, ao contrário, do livro **(As sombras luminosas)**, dentro de uma linha simbolista que o próprio Cruz e Sousa não desdenharia.

Considerando a instituição do concurso "uma grande oportunidade para os poetas brasileiros", ele declarou, ao receber o prêmio, que tanto ou mais do que o valor em dinheiro importava o nível da comissão julgadora (Adonias Filho, Armindo Trevisan, Fausto Cunha, Ferreira Gular, Marcos Konder Reis), a lisura do julgamento e o fato da própria comissão haver declarado que fora extremamente difícil chegar a uma conclusão, diante da excelente qualidade de muitos dos quase 2.300 participantes.

ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

150 ANOS DE IMPRENSA

"Boi-de-Mamão" presta homenagem, neste espaço, aos 150 anos de imprensa em Santa Catarina, completados em 28 de julho deste ano, desde o aparecimento do primeiro jornal "O Catharinense", fundado por Jerônimo Coelho em 1831. Caracterizada "pelo forte conteúdo político que retratava as bandeiras defendidas pelo seu fundador, o capitão de engenheiros Jerônimo Coelho", escreveu o jornalista Moacir Pereira em suplemento comemorativo à data, do jornal "O Estado" – "nestes 150 anos, a imprensa catarinense viveu períodos marcantes, historicamente bem caracterizados, com transformações técnicas e estruturais que a colocam hoje entre as mais bem equipadas do país."

GUSTAVO DE LACERDA, UM GOSTO E SEIS VINTÉNS
(Capítulo de um livro)

Theobaldo Costa Jamundá

GUSTAVO LACERDA nasceu na cidade de Nossa Senhora do Desterro, SC, a 18 de março de 1854 e faleceu no Rio de Janeiro a 04 de setembro de 1909. Este catarinense como muitos outros brasileiros procurou o Rio de Janeiro esperando encontrar lá a vida melhor. Não deixou depoimento se a encontrou. O passo inicial para sair de sua Nossa Senhora do Desterro foi o ingresso no Serviço Militar a 08 de março de 1870 através o Depósito de Instrução de Desterro sob o nome – que era o seu mesmo – de Gustavo Adolfo Fraga, filho de pais incógnitos, cor parda, cabelos crespos, solteiro. Tinha então 16 anos porém disse que havia nascido em 1853 para ter 17 anos. A enorme vontade de sair do acanhamento urbano o fez mentir como em outras províncias outros brasileiros para ingressar na aventura da busca de um ideal. Seis anos depois passou a assinar-se como Gustavo Lacerda autorizado pela portaria do Ministério da Guerra baixada a 20 de julho de 1876. Assim é forçoso dizer que gastou 22 anos da existência como Gustavo Adolfo Fraga e 33 como Gustavo Lacerda. Quem quiser que avalie o valor deste detalhe da sua vida além de ser uma informação. Forte e monumental o idealismo que investiu na fundação da Associação de Imprensa – esta de nível nacional e consolidada conceituação internacional como o faz por tê-lo os jornalistas brasileiros, não é sequer sombreado, aquele idealismo já é inacessível à piega da discriminação. Gustavo Lacerda serviu em dois batalhões de infantaria, no 13o. e no 18o., sendo este último na cidade de Salvador, BA. Foi desligado do Exército a 10 de agosto de 1881 por conclusão do tempo de serviço, na graduação de 1o. sargento. Sobressai da sua vida militar que não se deu bem com a disciplina da caserna, entretanto conviveu com ela 11 anos. Os conhecimentos de burocracia que utilizou na vida civil aprendeu na vida caserneira.

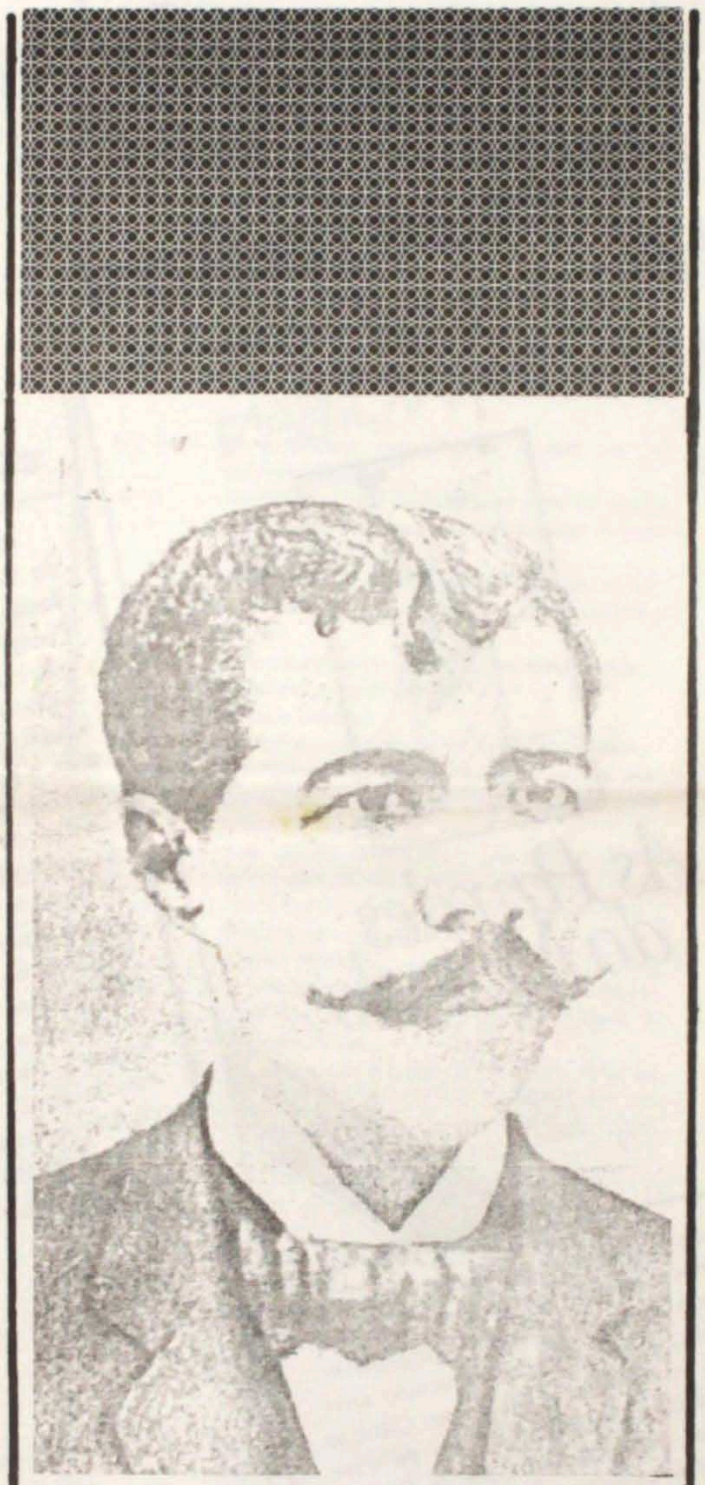
ENTÃO O GUSTAVO LACERDA COMO QUIS SER

Dono do próprio nariz e da cara para quebrar onde, como e quando quisesse, ganhou a liberdade para o mundo. Existe em branco o que fez logo que deixou a vida militar e mesmo o que fez no Rio Grande do Sul. Aí porque vai limitado no entendimento de ter sido militar por primeiro e depois jornalista e concomitantemente professor de francês. Tudo para ganhar os rendimentos da subsistência.

Foi criatura como outras nascidas na pacatérrima Nossa Senhora do Desterro suficientemente alertadas por instrução primária suficiente e entendendo bem cedo o acanhamento citadino, que era a natural extensão do vazio demográfico da Província. A exótica beleza da paisagem não respondia à ambição material dos jovens. Ainda na primeira década deste século o vazio demográfico persistia comprovado no total de municípios que fazia a divisão territorial do Estado, apenas de 27 sendo que 11 deles ficavam na faixa litorânea. Quem nasceu em SC teria nascido em um dos seguintes: Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Camboriú, Campos Novos, Campo Alegre, Curitibanos, Florianópolis, Garopaba, Imaruí, Itajaí, Jaguaruna, Joinville, Lages, Laguna, Nova Trento, Palhoça, Paraty, Porto Belo, São Bento, São Francisco, São Joaquim, São José, Tijucas, Tubarão e Urussanga.

JORNALISTA POR VOCAÇÃO HONROU A CLASSE COM IDEALISMO ÍMPAR

A História do Jornalismo Brasileiro lida com vagar, salienta aspectos contraditórios, são modelos raros ou populares, mesmo assim com tanta definição tomada na vida política, diga-se melhor: no caldeirão da vida política, que Gustavo Lacerda tendo fundado a Associação de Imprensa (Associação Brasileira de Imprensa – ABI) não é lembrado lá na Memória do Rio de Janeiro nem é referenciado cá onde nasceu. – Dizer, que a origem humilde de Gustavo Lacerda influiu na conceituação carece de fundamento. – De origem humilde também foi Alcindo Guanabara (1865 – 1918) e teve a vida pontilhada de dificuldades, porém ficou na constelação dos maiores como profissional. – Gustavo trabalhou com ele em "A IMPRENSA" e em "O PAÍS". Ele como redator-chefe no último dos jornais mencionados e exatamente naquele onde trabalhou Gustavo Lacerda com salário que mal deu para alimentação. Gustavo Lacerda foi do feitio de jornalista que teve patrão. Alcindo Guanabara foi do feitio que submetia o patrão a um ajustamento de convivência. Para se entender como foram feitos jornais e JORNAIS; como surgiram as grandes figuras dos grandes jornalistas; como conviveram jornalisticamente, os que não foram jornalistas mas foram patrões de jornalistas do feitio de Gustavo Lacerda, basta ler a vasta bibliografia brasileira. E não é preciso toda ela, bastam alguns livros que tratem da vida política nacional no período da Independência até a Revolução de 1930.



QUEM O PROCURAR NO JORNALISMO LITERÁRIO OU POLÍTICO NÃO O ENCONTRARÁ

Bem poucos os conceituadores de Gustavo de Lacerda como grande jornalista ou ainda um como um bom jornalista. Via de regra ele está com os mais conceituados aquem do firmamento dos grandes. Os simples e que fizeram jornalismo para os GRANDES COMPANHEIROS ganharem o grande público, permaneceram fazendo os jornais que fizeram os grandes nomes do jornalismo. Aí uma doutras explicações, que portou o ideal maior de dar ao jornalista a sua casa. Entretanto embora transmitindo recado de tanta significação profissional não deixou a planície da singularidade. E seus biógrafos não dizem que foi queixoso do viver com simplicidade; que procurou a literatura perseguindo aparecimento; que, ao menos, tentou vivência no grupo dos literatos ou penetração na elite política dominante. Nem sequer procurou os conterrâneos influentes no poder público. E se sabe, que os jornalistas, profissionalmente, não alcançarem a fama. Jamais o trabalho no jornal, só ele, criou projeção maior. Nem mesmo o grande e modelar Joaquim Serra (1838 – 1888), jornalista maior ou Quintino Bocaiúva (1836 – 1912) ou Alcindo Guanabara (1865 – 1918) ou José do Patrocínio (1853 – 1904) ou Paulo Barreto (1881 – 1921) desfrutaram a conceituação de grandiosos jornalitas, por serem, exclusivamente, HOMENS DA IMPRENSA. Se tem que examinar a dose do interesse dos HOMENS DE FINANÇAS com os quais conviveram; a fertilização do ajustamento a uma situação política; a aplicação da inteligência manipulando a apologética no endeusamento ou a preservação de uma causa ou ajustado às conveniências de uma situação vigente.

A época em que Gustavo de Lacerda tinha o nariz cheirando o seu próprio idealismo e a sua vida singular com ou sem ser vestido de fraque, foi a mesma, que HOMENS DE LETRAS bem salientados na VIDA LITERÁRIA procuraram ingressar um jornalismo numa opção tríplice: reconhecerem que o livro dava projeção muito limitada; ambicionarem canal de projeção horizontal formado pelos leitores dos jornais; tentativa para aumento do poder aquisitivo através de mais rendimento. Do grupo pioneiro na tomada da decisão são apontados como bem sucedidos: Quintino Bocaiúva, que agigantou-se no jornalismo e nele ficou, entretanto aparecem destacados: Medeiros e Albuquerque (1867 – 1934), Olavo Bilac (1865 – 1918), Euclides da Cunha (1866 – 1909), Carlos de Laet (1847 – 1927).

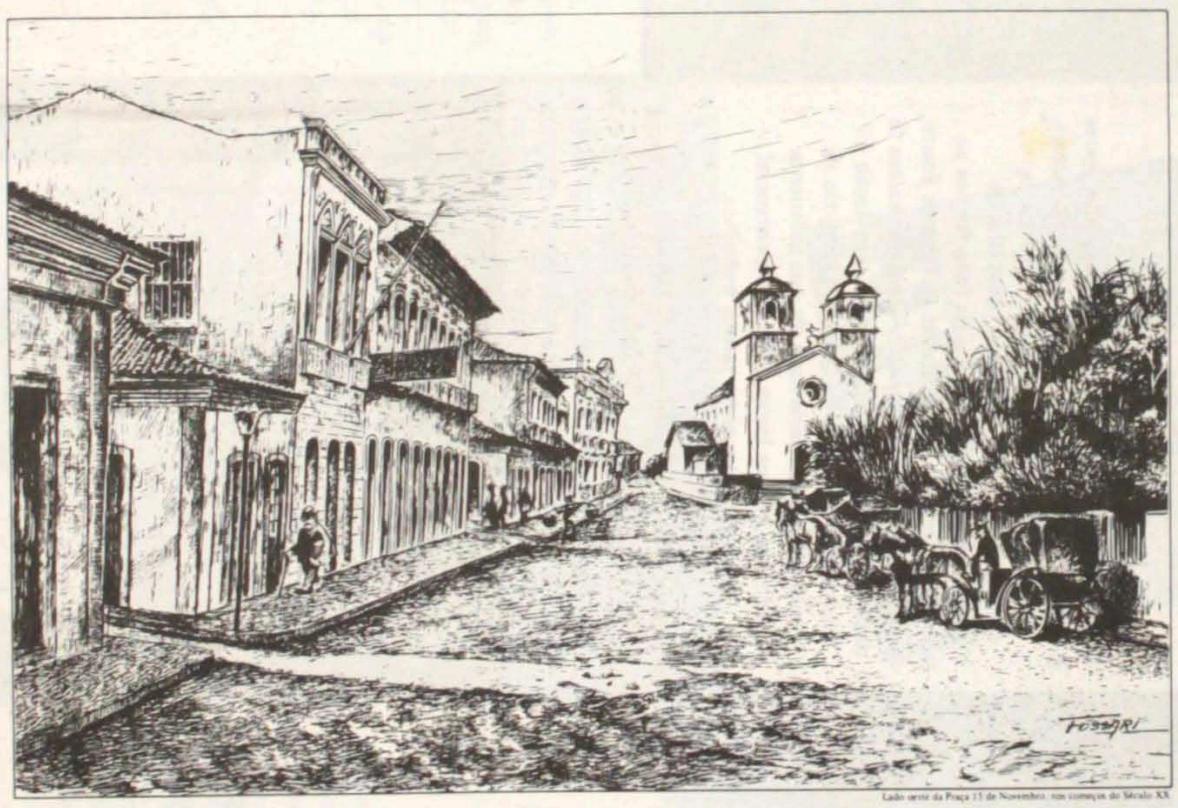
Gustavo de Lacerda viveu à época mas não foi um satélite deles. Integrada a uma simplicidade ímpar ficou com ela mas não existe quem possa excluí-lo da História do Jornalismo.

ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

EDIÇÕES DE SANTA CATARINA NA XXVII FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE

Neste segundo ano, a participação de autores catarinenses, na Feira do Livro de Porto Alegre, se amplia e diversifica. São títulos novos ou reeditados, dos mais diferentes gêneros, revelando, seja em termos de ficção ou em ensaios, na poesia ou na prosa, a realidade e o aqui e o agora da terra e da gente catarinense.

Uma atração à parte é o lançamento, em caráter nacional, dos livros dos autores que venceram o Concurso Nacional de Poesia, Prêmio Cruz e Sousa. Também, não menos significativo, o fato de que estará à venda a reedição da poesia do grande simbolista brasileiro, esgotada há muito. Esta nova edição da Poesia Completa de Cruz e Sousa tem, ainda, valiosa introdução da professora Maria Helena Camargo Regis, que situa a obra do poeta e sua importância para a poesia brasileira, e é ilustrada por 14 dos mais significativos artistas plásticos catarinenses.



Bico-de-pena-de Domingos Fossari

FLORIANÓPOLIS DE ONTEM – Fundação Catarinense de Cultura, 1979.

Belíssimo álbum contendo desenhos a bico-de-pena do artista Domingos Fossari, com legendas do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral. Planejamento gráfico de Flávio José Cardozo e layout de Jorge Kleber Rigueiras. A propósito desse álbum, destacou o escritor Norberto Silveira Júnior: "121 paisagens a bico-de-pena de uma Florianópolis que o progresso está destruindo. Sobradões do começo do século, ladeiras que hoje só permanecem na sua geografia original, negrumes de telhados que em nada se diferenciam de grupos arquitetônicos preservados na Bahia, cenas de ruas que o florianopolitano mais jovem só conhece por ouvir falar". 252 pp.

SESSÃO DE AUTÓGRAFOS – DIA 11 DE NOVEMBRO DE 1981, A PARTIR DAS 19 HORAS.

- Ruy Espinheira Filho
  AS SOMBRAS LUMINOSAS (poesia)
- Yone Giannetti Fonseca
  MULHER (poesia)
- Osmar Pisani
  AS PAREDES DO MUNDO (poesia)
- Silveira de Souza
  O CAVALO EM CHAMAS (contos)
- Salim Miguel
  VELHICE E OUTROS CONTOS (contos)
- Miro Morais
  A COROA NO REINO DAS POSSIBILIDADES (romance)
- Guido Wilmar Sassi
  AMIGO VELHO (contos)
- Harry Laus
  MONÓLOGO DE UMA CACHORRA SEM PRECONCEITO (novela)
- Rodrigues Till
  CRUZ E SOUSA E O RIO GRANDE DO SUL (ensaio)
- Pinheiro Neto
  MINHA SENHORA DO DESTERRO (poesia)
- Júlio De Queiroz
  BREVE ARO (poesia)
- Enéas Athanásio
  MEU CHÃO (contos)
- Tycho Brahe Fernandes Neto
  UM JULGAMENTO HISTÓRICO (ensaio)
- Urda Klueger
  AS BRUMAS DANÇAM SOBRE O ESPELHO DO RIO (romance)
- Moacir Pereira
  A IMPRENSA EM DEBATE (ensaio)
- Marcos Konder Reis
  OS SETE DIAS DA AGONIA (poesia)
- César Luiz Passoldi
  O ESTADO E A EDUCAÇÃO (ensaio)
- Roselis Izabel Corrêa dos Santos
  A COLONIZAÇÃO ITALIANA NO VALE DO ITAJAÍ-MIRIM (ensaio)
- Sara Regina Silveira de Sousa
  A PRESENÇA PORTUGUESA NA ARQUITETURA DE SANTA CATARINA (ensaio)

DISTRIBUIDORAS DA FCC EDIÇÕES – FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA

Pedidos de livros da FCC Edições podem ser feitos diretamente à Fundação Catarinense de Cultura, rua Victor Konder, 71, Florianópolis, SC, CEP 88000, ou para as seguintes distribuidoras:

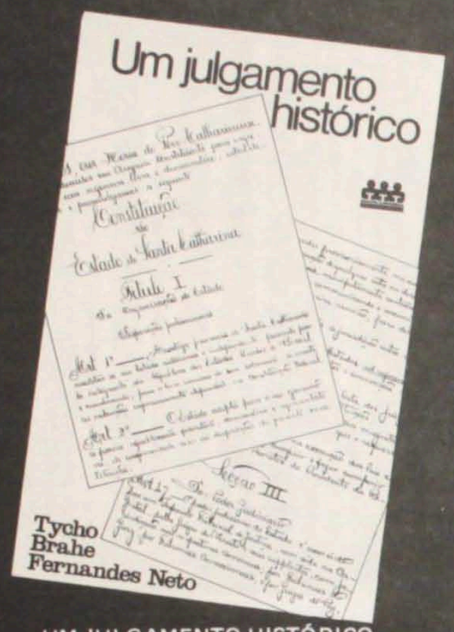
DIÁLOGO DISTRIBUIDORA DE LIVROS E REVISTAS LTDA.
Rua Riachuelo, 1271 – Conj. 22 – Porto Alegre, RS.

VÁRIOS ESCRITOS COMÉRCIO DE LIVROS LTDA.
Praça Tiradentes, 9 – Salas 206/207 – Rio de Janeiro, RJ.

GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA.
Rua França Pinto, 836 – Vila Mariana – São Paulo, SP.

LIVRARIA UNIÃO
Rua Silva Jardim, 807 – Curitiba – PR.

ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA



UM JULGAMENTO HISTÓRICO
– Fundação Catarinense de Cultura, 1981

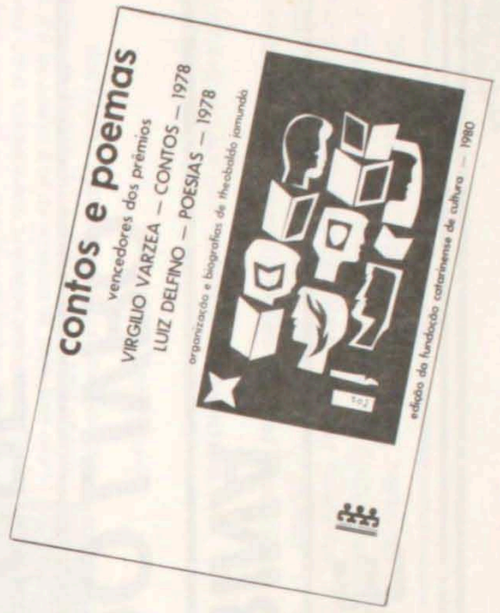
Ensaio de Tycho Brahe Fernandes Neto que historia a criação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, do qual o autor é hoje eminente Desembargador, e a sua dissolução temporária em 1893.
Traz à luz rumoroso processo instaurado contra prestigiosas figuras da época, que se opunham à situação dominante. 66 pp.

A PRESENÇA PORTUGUESA NA ARQUITETURA DA ILHA DE SANTA CATARINA
FCC Edições, 1981

Presente trabalho de Sara Regina Silveira de Souza é, sem contradição, a síntese da sua própria autora, cujas raízes culturais estão lá, nos Açores, e também renovadas aqui nesta Ilha de Santa Catarina, pela vivência de Sara Regina ao lado do seu marido, Dr. Norberto Silveira de Souza, legítimo descendente açoriano. E aquelas raízes se desenvolveram sob os cuidados e a orientação do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, tio da professora Sara. Seria mais do que suficiente todo esse insigne lastro cultural e existencial, para destacar, entre tantos trabalhos,
"A PRESENÇA PORTUGUESA NA ARQUITETURA DA ILHA DE SANTA CATARINA Séculos XVIII e XIX".

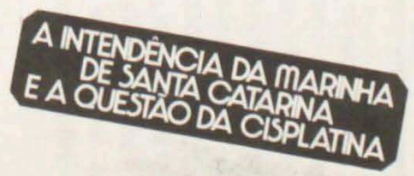
O HOMEM E A MULHER
Edição do Autor, 1980

Poemas de Alcides Buss. "A fala direta, o verso curto e tenso", escreve Walmir Ayala em introdução ao livro, "revelam o poeta que lida com laboratórios não discursivos, ou contaminadores do discurso, em direção a uma estrutura lapidar Paralelamente Alcides Buss adota o tema lírico do amor. Multiplica musas, consciente de que o amor é um sentimento alheio ao motivo, e que se adapta às circunstâncias do motivo.
E mesmo sobrevive a ele." 84 pp.



– CONTOS E POEMAS –
Fundação Catarinense de Cultura, 1980

Volume que reúne os trabalhos vencedores dos prêmios "Virgílio Várzea" (contos) e "Luís Delfino" (poesias) promovido pela Secretaria da Educação e Cultura de SC em 1978. Entre os contistas figuram: Glauco Rodrigues Corrêa, Marita Deeke Sasse e Amílcar Neves. Os poetas premiados são: Lindolf Bell, José Roberto Rodrigues e Alcides Buss. Ilustram a edição desenhos de 7 artistas catarinenses. 158 pp.

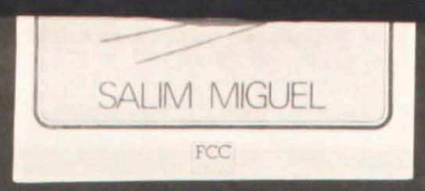


MINHA SENHORA DO DESTERRO
– Edição do Autor, 1981 –

ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

PRESENÇA DA POESIA EM SANTA CATARINA
Editora Lunardelli, 1980

Fruto de alguns anos de pesquisa e análise, esta Presença desenvolve a mais completa visão panorâmica da evolução da Poesia em Santa Catarina, por ser uma antologia que contém desde os primeiros cultores do gênero na literatura do Estado até os dias atuais. Lauro Junkes, professor de Graduação e Pós-Graduação em Literatura na UFSC, é um dos críticos literários mais ativos, com inúmeros trabalhos já publicados em livros e na imprensa brasileira. Considera a Presença da Poesia sua melhor obra até o momento. 272 pp.



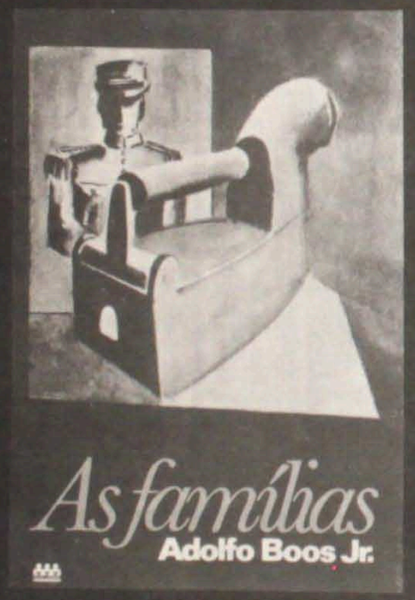
VELHICE E OUTROS CONTOS
FCC Edições, 1981.

Oportuna reedição do primeiro livro de Salim Miguel, um dos mais importantes e atuantes escritores da geração modernista em Santa Catarina. O tom memorialístico, as pequenas vidas nas pequenas cidades, a presença obsedante da velhice e da morte, a tentativa de desvendar o inter-relacionamento conflituoso do ser humano, estão presentes nestes inquietantes contos, onde a crítica apontou inovações formais e estilísticas, inventiva e criatividade. São ficções nas quais o autor freqüentemente se questiona e pede a participação do leitor, no sentido de que este apreenda tanto o que é dito como o que é sugerido.

Ref. 08 — A INTENDÊNCIA DA MARINHA DE SANTA CATARINA E A QUESTÃO DA CISPLATINA — **Fundação Catarinense de Cultura, 1980.**

Estudo de pesquisa histórica de Nelma Baldin, professora do Centro de Ciências da Educação da UFSC, no qual a autora se prende às origens da criação e os diferentes setores de atuação da Intendência da Marinha, concluindo por revelar a finalidade da criação da Intendência: servir de base logística para as embarcações navais da Armada Nacional e Imperial que operavam no Rio da Prata durante a guerra de ocupação da Província Cisplatina. 130 pp.

Gilberto Mendonça Teles, "O título do novo livro já não reflete mais o afã experimentalista. A experimentação está agora por dentro da linguagem verbal, tornou-se essencial, aceitou enfim o seu papel de ilustração e somente se entremostra nalgumas montagens lexicais em torno da palavra "ilha", mas já sem a ênfase dos dois primeiros livros. Assim, Minha Senhora do Desterro passa a ser o lugar privilegiado do amor e da poesia, temas que se fundem e se desdobram nas três partes ou nos três "partos" do livro, como quer o poeta. A "ilha" passa a ser vista como fonte: lugar e causa de seu amor de homem, de seu amor paternal e de seu amor à poesia. O poeta sintetiza aqui seus dois primeiros livros, completa-os e, do ponto de vista literário, supera-os na realização de um discurso poético muito mais eficaz".



AS FAMÍLIAS
— Fundação Catarinense de Cultura, 1980

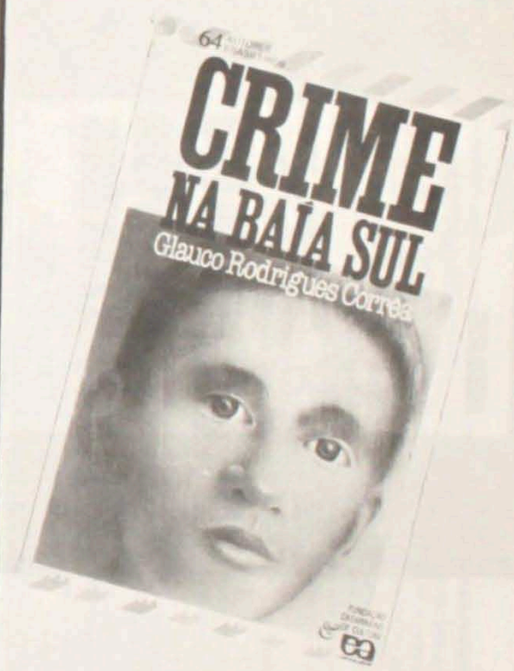
Segundo livro de Adolfo Boos Jr., um dos mais importantes contistas da literatura contemporânea catarinense. Em apresentação do livro, afirma o crítico Salim Miguel: "A linguagem é densa, contida, elaborada, carregada de símbolos. Boos pesa cada palavra, avalia-a, buscando seu significado mais íntimo, procurando recriá-la para nos transmitir a visão multifacetada de seu universo". Ilustrações de Hassis. 80 pp.

RASGA-MORTALHA
Editora Lunardelli, 1979.

Contos de João Nicolau Carvalho. Dez histórias reais, telúricas, que marcam o aparecimento de um escritor seguro e de forte vivência. Nelas se utilizam veios até agora poucos explorados na literatura de ficção catarinense: episódios da guerra do Paraguai, o ethos da região serrano-italiana-gauchesca de larga extensão interiorana; sagas de família cheias de humor e magia; tudo distribuído em textos de visível maturidade e sutileza psicológica. 104 pp.

CRUZ E SOUSA NO RIO GRANDE DO SUL
Fundação Catarinense de Cultura, 1981

Estudo de autoria de Rodrigues Till, escritor gaúcho, que fundamenta através de minuciosa pesquisa a influência exercida pela obra de Cruz e Sousa sobre alguns intelectuais do Rio Grande do Sul, bem como documenta a presença física do Cisne Negro na sua passagem por aquela região sulina. 60 pp.



CRIME NA BAÍA SUL
Edição da Ática/FCC, 1980

Novela policial de Glauco Rodrigues Corrêa. A trama se desenvolve aos poucos e acaba envolvendo todos os habitantes de Santo Anastácio do Roçado, uma pacata cidade abalada por inusitado acontecimento. O mistério e o suspense predominam porque Glauco Rodrigues Corrêa consegue, com sua narrativa ágil e simples, armar um clima característico das histórias policiais em que os fatos, embora apresentados com aparente coerência, revelam uma contradição entre si, contradição que só vai ser decifrada ao final do livro. 80 pp.

BOI de MAMÃO

ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

MEU CHÃO
Editora do Escritor, São Paulo, 1980

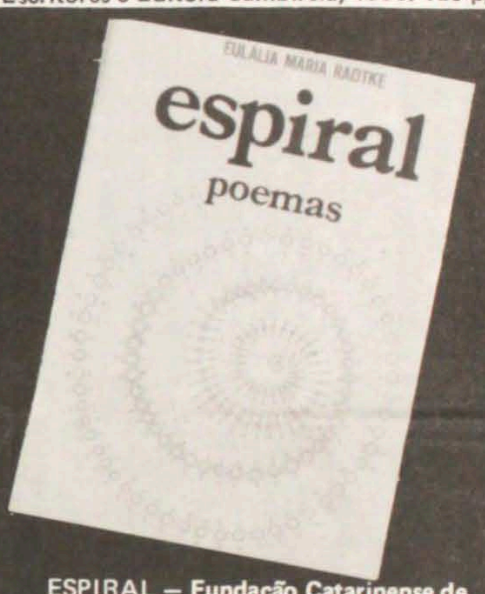
Contos de Enéas Athanásio. Com este livro retoma o Autor as vigorosas narrativas de cunho regional dos Campos Gerais catarinenses, que vem desenvolvendo desde os livros O Peão Negro (1973) e O Azul da Montanha (1976). A propósito diz o escritor Luz e Silva: "Não fazendo uma literatura meramente subjetiva, de caráter estático, capta o indivíduo em meio a uma paisagem entre acolhedora e inóspita, quando então, conto a conto, vai colocando as estruturas condutoras da vida de toda uma região." 80 pp.

O INSIDIOSO FATO – Algumas Historinhas Cínicas e Moralistas
Udesc Editora, 1979.

O volume reúne 15 histórias curtas de Amílcar Neves, com ilustrações de Átila Ramos, e vem revelar um dos valores muito promissores da nova geração de contistas catarinenses. Amílcar tem trabalhos publicados em inúmeros suplementos e revistas brasileiros, entre eles os suplementos literários do "Correio do Povo" e de Minas Gerais; e as revistas "Ficção" e "Contos e Novelas". Em 1978 foi menção honrosa no concurso estadual de contos "Virgílio Várzea", em Santa Catarina. Neste ano mereceu destaque especial para livros inéditos, da UBE, seção do Rio de Janeiro. 82 pp.

21 DEDOS DE PROSA
ACES / Cambirela, 1980

Coletânea de contos que reúne vinte e um dos mais expressivos cultures da história curta em Santa Catarina e apresenta uma visão panorâmica das tendências da literatura contemporânea no Estado. Coedição da Associação Catarinense de Escritores e Editora Cambirela, 1980. 120 pp.



ESPIRAL – Fundação Catarinense de Cultura, 1980.

Eulália Maria Radtke foi sem dúvida a grande revelação da poesia catarinense, em 1980. Premiada em inúmeros concursos literários no Estado, Eulália reuniu no Espiral 71 poemas curtos, densos, fortes, profundamente ligados às lutas e aos anseios do ser humano para a liberdade e a fraterna convivência. 78 pp.

MONÓLOGO DE UMA CACHORRA SEM PRECONCEITOS
Edição do Autor, 1981

Novela de Harry Laus, crítico de arte de renome nacional e um dos mais expressivos escritores catarinenses contemporâneos. Nesta novela, a cachorra Lady Águia relata as suas experiências em um mundo que se desagrega ante o depressivo desespero e a angustiante solidão de seus personagens, mas que não deixa de ser um mundo real e muito próximo. A edição traz belas ilustrações de Darcy Penteado. 46 pp.

O CAVALO EM CHAMAS –
Editora Ática/FCC, 1981.

Livro de contos de Silveira de Souza. De acordo com a escritora Eglê Malheiros, "seu mundo é o mundo da burocracia, máquina devoradora que, para manter o status-quo, vai mastigando os humildes servidores, calmamente, sem pressa, sem anestesia. Está aí a grande denúncia do Autor: o massacre a que somos submetidos, neste país do milagre, é feito de tal forma, que até o grito é difícil, e o grito contido se transforma em autofagia. Com grande firmeza e discrição, sem grandes palavras, como quem não está falando nada de mais, se tecem estes relatos".

A COROA NO REINO DAS POSSIBILIDADES
(2a. Edição) – FCC Edições, 1981

Aplaudido pela crítica brasileira, por ocasião do lançamento da 1a. edição, como "uma das melhores revelações literárias do ano", A Coroa no Reino das Possibilidades, de Miro Morais, é um feixe de vinte narrativas interligadas de envolvente atualidade, que compõem um romance vivo, fascinante e aberto às interpretações mais amplas possíveis. 136 pp.

ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

EM SANTA CATARINA

Antecedentes da fundação da imprensa catarinense — A atuação de Jerônimo Coelho em 1831 — Breve notícia de sua carreira política (Norberto Ungaretti)

O ano de 1831, que ficaria assinalado na história do Brasil pela abdicação de D. Pedro I, marcou em Santa Catarina alguns acontecimentos de grande importância, entre os quais a deposição do Presidente da Província Miguel de Souza Mello e Alvim e a fundação da imprensa catarinense.

Os dois fatos não guardam entre si relação de causa e efeito, mas é necessário conhecer o primeiro para melhor compreender o segundo e situá-lo no contexto político e social em que se verificou.

Mello e Alvim era português, tendo vindo para o Brasil com D. João VI e para Santa Catarina no exercício de suas funções de oficial da Marinha. Homem inteligente, de trato ameno, destacando-se pelo equilíbrio e serenidade de suas atitudes, fez-se credor da admiração dos catarinenses por haver conseguido, em numerosas oportunidades, refrear ou minimizar os ímpetos do atrabiliário Governador Tovar e Albuquerque. Aqui constitui família, casando-se com uma senhora de São José, de sobrenome Proença. Deste casal nasceram vários filhos, alguns dos quais viriam a destacar-se em diferentes funções públicas, como o Almirante Alvim (nome da conhecida rua que vai da Praça Getúlio Vargas às imediações do supermercado Riachuelo), que foi agraciado pelo Imperador com o título de Barão de Iguatemi, e o Dr. Júlio de Mello e Alvim, diplomata, que serviu em várias representações do Brasil na Europa. Miguel de Souza Mello e Alvim teve a singularidade de fazer uma carreira pública ao contrário, isto é, seu primeiro cargo foi o mais alto e sua última função foi a mais modesta, pois começou nada mais nada menos do que como Ministro da Marinha (1827) e terminou, já velho, como Vereador no Desterro, havendo exercido, entre um e outro cargos, mais os de Presidente da Província de São Paulo, Presidente da Província de Santa Catarina e Presidente da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, tendo sido deputado provincial em várias legislaturas. Quando ocorreu a Independência, em 1822, ele aderiu à nova situação (como oficial estrangeiro, teve que manifestar expressamente esta adesão) e foi em toda a sua vida, um dedicado servidor da pátria para onde veio moço e que adotou como sua. Mas era português e a naturalidade é coisa que não se escolhe nem se altera. Esta circunstância pesou contra ele, sendo Presidente da Província, no momento em que a exacerbação dos sentimentos nativistas e antilusitanos determinou a abdicação de Pedro I e sua volta para Portugal, praticamente expulso do Brasil. Além disso, outro fato contribuía para o desfavor popular, naqueles dias, em relação a Mello e Alvim: o soldo das tropas aquarteladas no Desterro (pago pelos cofres provinciais) estava alguns meses atrasado, sendo fácil imaginar-se o descontentamento e as dificuldades que daí decorriam para os militares, para suas famílias e para o próprio comércio local, de que não eram, pelo expressivo número deles, desprezível clientela.

No dia 22 de abril, realizando-se na sede da Câmara Municipal (no mesmo local onde ainda hoje está instalada) um baile a que compareciam as figuras mais expressivas da Capital, vozes exaltadas começaram a ser ouvidas na praça fronteira, aos gritos de "Fora, galego! Fora, pé de chumbo!" (as expressões depreciativas, em relação aos portugueses, eram numerosas), enquanto chegavam à Câmara notícias de que as tropas dirigiam-se para a frente do Palácio da Presidência (hoje Palácio Cruz e Sousa). Emissários foram mandados parlamentar com os comandantes militares, que informaram exigir a renúncia do Presidente da Província e do Comandante das Armas. Mello e Alvim, compreendendo a gravidade da situação, resolveu-se imediatamente pela renúncia, assumindo em seu lugar o vice-presidente Francisco Luiz do Livramento, cujo primeiro empenho foi conseguir recursos para pagar o que se devia aos amotinados, no que lhe valeram alguns abastados comerciantes locais, emprestando aos cofres provinciais a importância necessária.

O grave e singular episódio que culminou com a deposição do Presidente Mello e Alvim dá bem a medida da ebulição e das inquietações em que por aqui se vivia, para o que concorriam a fraqueza e a inexpressividade de nossas lideranças políticas, por estas entendidos (não havia partidos organizados) os representantes de Santa Catarina no Senado do Império e na Assembléia Geral.

O nosso Senador era o padre Lourenço Rodrigues de Andrade, ex-vigário de Santo Antonio de Lisboa, de onde era natural (o distrito de Santo Antonio pode orgulhar-se de ter dado ao Império dois Senadores, pois o sucessor do padre Lourenço também era ali nascido, e foi ele o Senador José da Silva Mafra, tio do futuro Conselheiro Mafra) e já nos representara nas Cortes de Lisboa, em 1820. O nosso deputado era Diogo Duarte Silva, que já fora eleito para a Assembléia Constituinte de 1823 e daí para diante continuou reeleito, como continuaria até 1838, quando perdeu a cadeira para Jerônimo Francisco Coelho. Mas não nos antecipemos, bastando por ora dizer que ambos, o Senador e o Deputado (só muito mais tarde nossa representação na Assembléia Geral seria aumentada para dois deputados), sem embargo de serem homens respeitáveis e dignos, tinham discretíssima atuação parlamentar e pouco se envolviam, diretamente, com o dia-a-dia da política da Província.

Ora, naquele ano de 1831 as coisas estavam acontecendo depressa e o processo político se dinamizava, aqui, como em nível nacional. Por toda parte surgiam novas lideranças, voltadas para um Brasil novo, quando a abdicação de Pedro I significava como que o rompimento dos últimos laços com a antiga metrópole.

Foi quando um jovem e impetuoso capitão de engenheiros, servindo na Corte, mas nascido na Laguna, de tradicional e importante família lagunense, animou-se a voltar para a sua província natal e aqui lançar os fundamentos da carreira política que desejava empreender.

Esta ambição, legítima, de Jerônimo Francisco Coelho, é hoje facilmente identificável, explicando o fato de que para cá trouxesse um prelo (adquirido com recursos de amigos) para estabelecer o primeiro jornal da província, dispondo-se a outros dois importantes cometimentos, o que tudo haveria de concretizar: a fundação da primeira loja maçônica de Santa Catarina e a de uma sociedade, no estilo das que então se disseminavam por todo o Império, misto de centro cívico-cultural e clube de serviço.

Da loja maçônica, nenhuma notícia ficou, a não ser a do seu nome. Anos antes, aqui andara Alexandre José Tinoco, com uma missão que nunca se soube qual fosse precisamente e que historiadores consideram, pelo menos, misteriosa. Se foi, como há quem diga, a fundação da Maçonaria em terras catarinenses, parece não ter tido êxito, pois a informação mais antiga que se tem a este respeito é mesmo a da iniciativa de Jerônimo Coelho. Diga-se, a bem da verdade, que esta iniciativa também não chegou a fazer vingar entre nós a generosa semente maçônica, pois nada se sabe desta loja, de sua atuação, de seus membros e da influência que por aqui exerceu (lamentável exacerbação do segredo maçônico...), mas os Boiteux, com sua reconhecida autoridade, informam que ela existiu e se teria chamado Cordialidade ou Concórdia. Temos para nós que Concórdia deve ter sido o seu nome, pois a cordialidade é apenas uma atitude, enquanto que a concórdia é um sentimento, um ideal, na linha dos valores fundamentais que a maçonaria exalta, como liberdade, união, fraternidade, palavras tão encontradiças em denominações de lojas maçônicas.

A sociedade fundada por Jerônimo Coelho chamou-se Sociedade Patriótica Catarinense. Instituições do gênero, como se disse, estavam na moda. Oswaldo Cabral, de saudosíssima memória, percorreu o livro de atas desta Sociedade e dedicou-lhe interessante estudo. Às reuniões, presididas, nos primeiros tempos, por Jerônimo Coelho, comparecia o que de melhor havia no Desterro, a começar pelo próprio Presidente da Província. Ali eram tratados, principalmente, assuntos de interesse comunitário, da mais diversa natureza, mas a revelar acentuada preocupação com o progresso local e com a instalação do que os técnicos chamam hoje, na sua sofisticada linguagem, "equipamentos urbanos".

Quanto ao jornal, que se chamou "O Catharinense" e cujo primeiro número circulou a 28 de julho de 1831, leva-nos desde logo a uma curiosa constatação: a imprensa catarinense não foi fundada por um jornalista. Na verdade, Jerônimo Coelho não fez do jornalismo profissão nem atividade a que conferisse destaque entre as muitas que lhe consumiram a benemérita existência. Só por algum tempo, naquele ano de 1831, no Desterro, ele fez jornal. Depois, nunca mais, nem, ao que se saiba, como eventual colaborador em outras folhas, em outros tempos e lugares. Mas do modo como aqui fez jornal — diga-se também — nenhum outro terá feito, neste século e meio decorrido, tão intensa e completamente, pois Jerônimo Coelho foi o fundador, o diretor, o redator, o compositor e o impressor do seu jornal. Isto mesmo ele disse, e é óbvio que, não havendo aqui jornais nem tipografias nem máquinas impressoras, não havia jornalistas nem tipógrafo nem impressores. Ele foi, pois, pioneiro em várias frentes.

O manifesto com que Jerônimo Coelho dirige-se aos seus conterrâneos, no primeiro número de "O Catharinense", surpreende pela violência da linguagem contra Pedro I, a quem chama de aventureiro e doido, entre outras coisas. Decididamente, estava vivendo, o futuro grande catarinense, em plena fase de incendiário. Tinha 25 anos e apenas chegara do Rio de Janeiro, onde se acabara de pôr em fuga o Imperador (que, todavia, foi quem nos proclamou a independência...). Mas bem depressa começaria a ser bombeiro, pois, dois anos depois, quando já não existia "O Catharinense", e a Sociedade Patriótica Catarinense, que ele também já não mais presidia, editava, no mesmo prelo (que a referida sociedade comprou) o segundo jornal de Santa Catarina, "O Expositor", Jerônimo Coelho, em uma das reuniões, reclamou quanto à violência da linguagem da citada folha, ao que um dos presentes retrucou, com toda justeza, que o reclamante usava um tom igual ou até mais virulento, nos escritos de seu jornal.

Quem hoje lê o manifesto-programa de "O Catharinense" não precisará de notável acuidade para pensar ou dizer, com irreverência mas também com inteira razão: o homem era candidato.

E era. Era, desde quando decidiu pedir transferência (**passagem**, como se dizia na linguagem militar da época) para o Desterro. Era, desde que planejou aqui fundar a imprensa, a maçonaria e a Sociedade Patriótica, o que lhe haveria de conferir as condições necessárias à liderança que ambicionava.

Ambicionava, como já se disse, legitimamente. E graças a esta ambição, que não se abastardava por nenhum interesse menos digno, pois Jerônimo Coelho haveria de demonstrar, invariavelmente, no curso de sua vida, a retidão de seu caráter e o seu grande amor a Santa Catarina, a quem não só honrou como serviu, graças a esta ambição, nossa terra pôde nele ter o seu filho mais ilustre por todo o largo período em que o Brasil foi monarquia.

De fato, nas primeiras eleições que aqui se realizaram depois de sua vinda para Santa Catarina, Jerônimo Coelho tentou arrebatar ao veterano Deputado Diogo Duarte Silva, a cadeira da nossa representação na Assembléia Geral. Foi em 1833, e ele perdeu a eleição. Desta primeira e mal sucedida tentativa eleitoral de Jerônimo Coelho, nada dizem nossos historiadores, mas a ela se refere, com toda a clareza, em suas Memórias, o Coronel José Bonifácio Caldeira de Andrada, que veio para Santa Catarina, onde deixaria grande e ilustre descendência, no mesmo navio em que veio Jerônimo Coelho, em junho de 1831.

Este insucesso explicaria também a partida de Jerônimo Coelho para fora da Província, encerrando, assim, sua primeira fase catarinense, excluídos os seis primeiros anos de vida (nasceu em 1806), que passou em sua terra natal.

Em 1838 voltaria à cena política, e aí vitoriosamente, eleito para a nossa representação na Assembléia Geral, iniciando uma brilhantíssima carreira, durante a qual ocupou os cargos de Ministro da Guerra (por duas vezes) o Ministro da Marinha, Presidente e Comandante das Armas da Província do Pará, Presidente e Comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul e Deputado, em várias legislaturas, à Assembléia Geral, onde teve sempre destacada atuação, distinguindo-se, inclusive, nos debates, pela sua inteligência, cultura, dotes oratórios e presença de espírito, com colocações e respostas sempre prontas e precisas, de molde a confundir o adversário, segundo numerosos testemunhos de contemporâneos.

No Pará, fez administração adjetivada como "notável" pelo maior historiador daquele Estado, o saudoso Dr. Augusto Meira. No Rio Grande do Sul, contribuiu expressivamente para o racional aproveitamento das jazidas carboníferas da região de São Jerônimo. Como Ministro da Guerra, redigiu as instruções que propiciaram a pacificação do Rio Grande, após a Revolução Farroupilha, instruções estas que tiveram no Duque de Caxias o hábil e inteligente executor.

Como engenheiro militar, desempenhou numerosas e importantes missões, de que dão notícia circunstanciados relatórios existentes, inclusive, no Arquivo Público de Santa Catarina. Uma dessas missões foi a medição das terras que constituiriam o dote da Princesa Dona Francisca, na região norte catarinense. Na execução deste trabalho, pelo qual se ligou à história de Joinville e no qual teria tido irremediavelmente comprometida sua saúde, pela longa permanência em condições precaríssimas de habitação e constante exposição ao sol e à chuva, usou um aparelho, um telêmetro de sua própria invenção.

Foi ainda diretor do Arsenal de Guerra e da Fábrica de Pólvora de Estrela, em ambos os estabelecimentos tendo realizado profícua gestão.

Tinha o posto de Brigadeiro e, entre outros, os títulos de Comendador e Conselheiro do Império, com os quais o agraciou o Imperador Pedro II.

Morreu, pobre, em janeiro de 1860, na cidade fluminense de Nova Friburgo, aonde fora em busca de cura para seus males.

Deixou três filhos: os Generais José Francisco Coelho e Jerônimo Francisco Coelho e uma filha, a Sra. Jerônima Francisca Coelho Lessa, que foi casada com o General Francisco Lessa.

Há alguns anos empenhamo-nos em localizar o seu túmulo, para o que contamos com o empenho pessoal do então prefeito de Nova Friburgo. Todos os esforços foram em vão. Pouco importa. Jerônimo Francisco Coelho tem morada definitiva e eterna na lembrança, no reconhecimento e no coração desta sua gente de Santa Catarina.

ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

PARA UM CONCEITO DE CATARINIDADE

LUIZ ANTONIO VIEIRA

O desempenho de Santa Catarina na cultura brasileira está exigindo uma reavaliação que corrija a superficialidade de certos julgamentos, nesse instante em que a cultura catarinense desperta para o seu justo lugar no contexto da nacionalidade. Formando-se ao longo de uma colonização múltipla e variada, o estado tem, a seu favor, por um lado a riqueza das fontes humanas e sociais, mas, por outro, a convivência comum de culturas quase antípodas, o que dificultou o espírito de unidade. Reflexo, talvez, da formação do Brasil, pois a conquista da independência — melhor dizendo, de uma consciência emancipada de brasilidade — foi tarefa das mais lentas em nossa História.

O despertar da catarinidade, do sentimento e da consciência de uma alma e de um homem catarinenses, vai ganhar realidade após a colonização do vale do Itajaí, que traz a prodigiosa contribuição de outros povos emigrados ao folclore dos açorianos. Antes disso, a preparação, fecunda e subterrânea, gloriosamente marcada pela República Juliana, até eclodir no episódio polêmico da guerra do Contestado. Como em Canudos, era um outro Brasil que surgia, à margem da "civilização" e da "cultura oficial", o levante de um povo ignorado que só o tempo e o progresso irão assimilar. Só a partir destes movimentos, tanto o Brasil como o nosso Estado começarão a vencer os velhos entraves do espírito colonial. Pois, desfeito o sonho messiânico dos fanáticos do Contestado, de certa forma, também, iniciava-se uma nova etapa histórica. Desfeito o mito, o progresso abre novos caminhos, e a literatura registra a caminhada moderna, em que o Homem e a História se conjugam na evolução da sociedade.

Hoje, sofrendo o impacto da cultura de massa e da civilização eletrônica, a província vê ameaçado todo o seu passado mítico e folclórico. E nem mesmo as bruxas do Desterro — de que nos dá uma boa notícia o folclorista Franklin Cascaes, em **O Fantástico na Ilha de Santa Catarina** *—, transplantadas numa tradição em estado puro pela colonização açoriana, puderam resistir ao assédio da aldeia global da comunicação de massa. A província enfrenta o choque do futuro que, ao universalizar seus limites, lança-a no impasse de sua liberdade. Assim, a televisão vai surpreender o pescador tecendo suas redes no rústico ofício secular, e o folclore esbarra com todos os mitos do consumo impostos à simples alma praiana. O que resultará desse choque? A dissolução de um mundo, talvez, e o advento de outra forma de cultura? E isto, também, na paisagem telúrica, descrita na saga de Guido Wilmar Sassi, que sofre o impacto de um tempo em que o verde e a terra apenas escapam à ameaça ecológica.*

Ao pescador e ao lenhador, os dois personagens de um mundo já em transição, sucedem, agora, os personagens participantes do drama presente, cuja primeira saída estaria no questionamento existencial e na busca de uma solução para o impacto do progresso. Miro Morais, em **A Coroa no Reino das Possibilidades**, *falará desse impasse do homem da grande cidade que, cansado de toda a sua civilização e cultura, tenta uma volta às origens e à inocência perdida. Mas a volta é inútil, pois aquele mundo também não o satisfaz, como o peixe sempre adiado do velho pescador Nôzinho: "Que âncoras são essas que prendiam Nôzinho a um mar de onde nunca recolhera o seu grande peixe?".*

Mar e pinheiro são as duas metáforas daquele mundo. O primeiro, senhor e destino do homem, quase sempre o devolve à terra sem o peixe salvador, e sem a vida. Esse sentido trágico de uma semivida eterna "à espera do mar" persegue todos os personagens de **Homens e Algas**, *de Othon d'Eça, que, afinal, são retratos vivos ditados pela memória do autor, mais que simples criações ficcionais. A mesma fragilidade que os leva à pobreza e à morte, também os ergue à categoria de heróis épicos da saga catarinense. E o pinheiro, da mesma forma escravizando o homem — vítima de um sistema que o explora e, para o qual, não há fuga possível, a não ser render-se à árvore ao mesmo tempo amiga e assassina. São metáforas que começam a ser abandonadas mas, longe de significarem a alienação do homem em sua linguagem e espaço, são marcos de um caminho trilhado conscientemente por uma geração de escritores de grande visão social.*

A partir daí, a cultura catarinense passa a sofrer a dialética do seu tempo. Os conflitos e buscas que existem em seus representantes são de uma época de um contexto universal. A falar-se numa crise de vanguardas, seria melhor falar de uma renovação, vencida a etapa da geração acadêmica. Também a poesia se situa nesse momento, como demonstra a antologia **Outros Catarinenses Escrevem Assim**, *que reflete a mesma aguda consciência da crise presente, arrastando o poeta para o protesto, a denúncia e a insatisfação. Uma nova linguagem serve a essas vozes, igualadas pela busca de uma nova era, que nascerá da opressão e da esperança.*

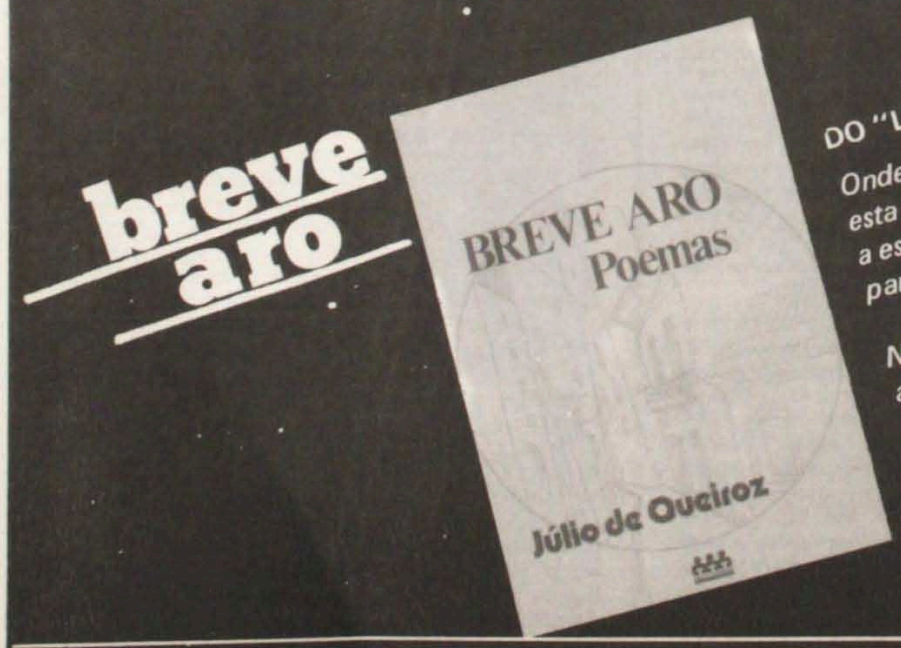
Na Literatura, já não é o espaço exterior o que condiciona o homem, mas a sua própria condição, em constante ameaça nestes tempos que, para alguns, já se anunciam como os do Apocalipse. A ficção imerge na pesquisa interior, opondo a um regionalismo anterior e acadêmico — aberto à fuga do espaço e da paisagem — uma narrativa densa e contínua, como a de Salim Miguel, Silveira de Souza e tantos outros. E mesmo no romance de Lausimar Laus, em que o vale é presença marcante, o monólogo interior corre paralelo ao fluir do Itajaí-Açu, o grande rio — personagem.

De todas estas colocações, surge como princípio unificador uma tese fundamental: a de um conceito de catarinidade, tão válido e real como os já consagrados pela tradição, quais sejam: os de um espírito mineiro, de uma alma gaúcha, de uma tradição baiana, de uma atmosfera carioca. Nesse instante, então, a tese da catarinidade se lança plena e vitoriosamente, através da mensagem de uma geração que encontra novos desafios e incertezas: Como o pescador, surpreendido pela cultura eletrônica em seu ofício ancestral de tecer as redes, não estará esta geração dividida entre a fidelidade às suas raízes e a aceitação do novo tempo? E, ao se ensaiar nesta liberdade, vencido aquele universo de mar e pinheiro, não estará, também, mergulhando na universalidade perigosa do hermetismo?

Estas interrogações e incertezas são o preço pago pela juventude da literatura e do homem catarinenses. Mas, de todas as lutas, esperas e promessas do passado quantas vezes heróico, e do esforço definidor do presente, constrói-se a saga catarinense, escrita com palavras e lucidez, pela luta verbal de seus criadores. A conquista de uma geração com inteira consciência de sua catarinidade.

Nascido no Espírito Santo e hoje radicado em Santa Catarina, JÚLIO DE QUEIROZ estudou filosofia na PUC do Rio Grande do Sul, com aperfeiçoamento na Universidade de Munique, Alemanha e no Real Instituto de Administração, em Londres, Inglaterra. É cronista literário dos mais argutos e irônicos, tendo confessada influência de G.K. Chesterton e Paul Claudel.

Com Breve Aro (FCC Edições, 1981) faz a sua estréia na poesia, revelando momentos de forte emotividade e profundidade religiosa e humana. Júlio de Queiroz, no dia 11 de novembro próximo, estará autografando, na XXVII Feira do Livro de Porto Alegre, o seu Breve Aro, do qual publicamos o poema a seguir.



DO "LIVRO DAS VÉSPERAS"

Onde está, de onde virá, e quando,
esta ébria, que pressinto sem saber o nome,
a espera que eu-vinho menos eu me tome,
para sorver-me em sua eterna sede?

Noite larga e não distante,
até quando dormirei neste odre que se esgarça,
impaciente da hora do festim, de ser as luzes?

Quantas vezes me digo no silêncio que me abafa
"é hora, é hora".
Mas a escuridão ainda é o sudário
deste Lázaro tolhido em charadas.

Júlio de Queiroz

ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

A publicação em Santa Catarina da Poesia Completa de Cruz e Sousa vem corrigir um vazio editorial existente há mais de 20 anos em relação a esse grande nome do Movimento Simbolista. A edição reúne num único volume os livros Broquéis, Faróis, Últimos Sonetos e O Livro Derradeiro – este último organizado após a morte do poeta e que vem merecendo através dos anos a colaboração de competentes estudiosos do Simbolismo brasileiro, pela coleta dos poemas esparços deixados por Cruz e Sousa em jornais, álbuns e revistas. Complementam o volume 14 ilustrações dos mais expressivos artistas plásticos de Santa Catarina e estudo introdutório de Maria Helena Camargo Régis, professora de Teoria Literária da Universidade Federal de Santa Catarina.

"Boi-de-Mamão" publica a seguir soneto de Cruz e Sousa, representativo de uma fase de sua vida voltada para a luta abolicionista e republicana. Poema menor, em relação aos momentos mais inspirados e sublimes da obra do Cisne Negro, "25 de Março", no entanto, de certo modo desfaz a imagem – corrente para alguns críticos da época – de um Poeta alienado aos problemas de seu tempo, que se evadia numa torre-de-marfim.

Edição da Fundação Catarinense de Cultura, 1981, 304 pp.

poesia completa de cruz e sousa

25 DE MARÇO *(Recife, 1885)*

Em Pernambuco para o Ceará

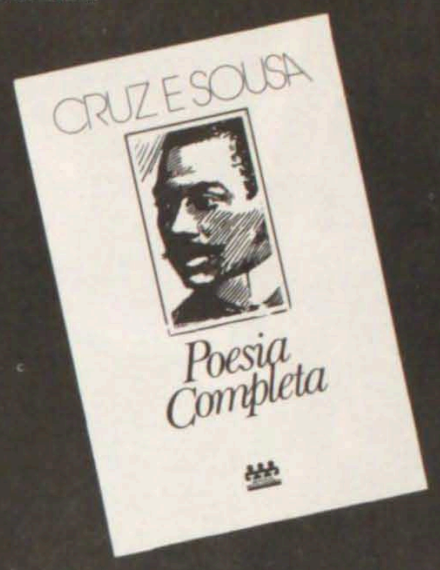
Bem como uma cabeça inteiramente nua
de sonhos e pensar, de arroubos e de luzes,
o sol de surpreso esconde-se, recua,
na órbita traçada – de fogo dos obuzes.

Da enérgica batalha estóica do Direito
desaba a escravatura – a lei de cujos fossos
se ergue a consciência – e a onda em mil destroços
resvala e tomba e cai o branco preconceito.

E o Novo Continente, ao largo e grande esforço
de gerações de heróis – presentes pelo dorso
à rubra luz da glória – enquanto voa e zumbe

o inseto do terror, a treva que amortalha,
as lágrimas do Rei e os bravos da canalha,
o velho escravagismo estéril que sucumbe.

(De "O Livro Derradeiro")



tecer e remendar

Alcides Buss

A mania de erudição ainda marca presença junto da intelectualidade brasileira, contribuindo para manter o abismo entre a cultura burguesa ou oficial e a cultura popular. Muitos poetas preferem também este caminho e se empenham na elaboração de uma poesia erudita que, entre outras coisas, é forte candidata aos concursos literários e contribui para conservar a arte distante do povo. Ora, o Brasil não precisa de poetas eruditos! Precisa, sim, de poetas libertadores, que saibam ver com os olhos livres, como queria Oswald de Andrade, e que sejam essencialmente brasileiros, isto é, que possam ser intérpretes e anunciadores da realidade nacional e que se comuniquem com seu povo.

Consideramos que é para este segundo caminho que se direciona a poesia de José Roberto Rodrigues em seu livro de estréia, Poliedro (Fundação Catarinense de Cultura, 1980, 82 p., Cr$), razão por que decidimos dizer sobre o mesmo algumas palavras, sem o intuito, porém, de fazer crítica literária.

O livro se estrutura em quatro partes: "Poemas para Caty", "Os Noturnos", "As Memórias" e "Poemas do Ofício". Entre elas, destaca-se a primeira, sobre o amor. E o poema inicial ("Poema do nosso dia") já permite algum entendimento da visão do mundo que norteia a abordagem desse tema: a unidade dos seres através do amor não anula as suas respectivas individualidades. Isto é indiretamente referido na estruturação binária do texto, como a reproduzir em tudo o binômio homem/mulher: "Hoje será o dia/e será a noite"; "Entre os rosais / e cinamonos"; "com teus lábios tão vermelhos / e com teus olhos / tão verdes (. . .)"; etc.

No poema "Minha mulher sonha", os amados se transubstanciam, simbolicamente, em árvore, não só para sugerir a fecundidade, mas principalmente a plenitude, a plenitude de ter raízes na terra e folhas no ar, atentos ao real mas também receptivos ao sonho; e a plenitude de, além de ser a árvore, ser a árvore da árvore, seja do antes ou seja do depois.

A mulher é motivo de alegria. Ela fecunda a solidão: "E assim caminho / só, mas nunca / estou sozinho!". Fecunda a solidão: fecundação, que é também a fecundação da linguagem, porque os exercícios da linguagem e do amor são concomitantes. Em outras palavras, é como se amor implicasse também na conjugação do verbo amar e, mais do que isso, em comunicação. A carne e o verbo se completam. Do individual se vai ao social. Amar é revolucionário.

Para cantar o amor, a imagem se faz presente. Não somente para sublimar o concreto, a mulher fazendo-se o poema e este fazendo-se flor ("morena, / te escrevo este / poema: rosa"), mas também para corporizar o etéreo. Isto se faz, por exemplo, no uso criativo dos sons, nas combinações fônicas.

"No meu coração iluminado
ergui nossa casa,
nossa morada eterna,
ó namorada terna,
ó doce maga,
que me afaga."
("Poema", p. 15)

Enquanto no nível semântico a moradia dos amantes se localiza no coração do poeta, no nível fônico esta moradia está na mulher amada, haja vista a correspondência que se vê em "nossa morada eterna, / ó namorada terna". Deduz-se: o amor reside no homem e na mulher.

No amor o poeta constrói o tempo, sabendo que o tempo do que é se faz no tempo do que foi, mas principalmente sabendo que o tempo do que será já se faz agora, planta-se no instante presente. Este sentimento diante do tempo é também a consciência que alimenta a esperança. Se o universo não está à mercê do homem, o poeta se universaliza temporalmente para abarcá-lo. Assim se municia para a sua práxis, sua ação no mundo.

Claro, muitos são os que afagam o amor em versos lambidos, repetindo clichês, endoçando o meramente pitoresco ou episódico. Sabemos que ainda há lugar para o amor em nossa literatura. Mas é preciso que o amor seja tratado com a grandeza que o tempo requer. A sua dignidade como tema literário está relacionada à capacidade de fazê-lo sempre novo e profundamente humano e verdadeiro, fruto do tempo e no tempo; e, mais, à capacidade de fazê-lo revolucionário. É assim, felizmente, que entendemos o amor nos poemas de José Roberto Rodrigues.

Mas não é só a face do amor que canta o poeta. O título do livro tem a ver com isso: Poliedro. São múltiplas as faces que se encerram no compromisso poético e vão desde o exercício da solidão até o conhecimento do poema e o correspondente ofício. "É no meu silêncio / que me edifico / que me identifico / (às vezes me retifico)", diz o autor. E a partir daí, com sentimento aguçado do ser e do estar, vão-se tecendo as idéias, ou melhor, as idéias-palavras, o poema.

Aliás, é como tecelão que o poeta se vê. Assim, as palavras são os fios-fonemas. Com eles se compõe o texto poético sobre outro tecido, o tecido da vida. Por isso, apropriadamente surge a imagem "remendar", que sugere a necessidade da expressão adequar-se à coisa significada. Esta é uma propriedade da linguagem poética. O poeta a realiza na metáfora, no ritmo, em certas figuras de sonoridade como a rima, a literação, a modulação sonora ("o joio da jóia") ou na figura mais rara, uma inversão em cruz que a retórica chama de quiasmo (Eu, tão só / no sótão"). Ou, ainda, no tratamento visual, verticalizando a escrita duma palavra; espaçando silabicamente outra ("se pa ran do").

Finalizando, não vamos dizer que Poliedro é melhor, ótimo ou coisas desse tipo, mesmo porque julgamos que tais referências não devem ser levadas em conta pelos leitores. Permitimo-nos afirmar, sim, que se trata de um livro de estréia de um poeta jovem; um livro proveitoso, e agradável.

Florianópolis, setembro de 1981

ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

NA PRAÇA DA ALFÂNDEGA
A INVASÃO DOS CATARINAS

Se a Feira do Livro de Porto Alegre já é, por si só, uma atração e um acontecimento a marcar a vida da cidade, ultrapassando as fronteiras do estado gaúcho, a presença de uma barraca do Governo de Santa Catarina, apenas com autores do Estado, foi um fato insólito na paisagem. Por seu ineditismo e por definir, da parte do poder público estadual, uma preocupação maior com a difusão do autor catarinense.

No dia 7 de novembro de 1980, a Praça da Alfândega, local da Feira, foi invadida pelos "catarinas" que não só autografaram seus livros (ficção, poesia, ensaios) como, aproveitando a oportunidade, fizeram também o lançamento do Concurso Nacional de Poesia, Prêmio Cruz e Sousa.

Sob todos os aspectos, o saldo foi positivo. Pois se é certo que nas Feiras a venda de livros é uma parcela (até mesmo menor) do resultado final, a promoção é mais do que válida, por levar e mostrar, a um público bem mais amplo, o que se está produzindo. E por permitir uma aproximação, proveitosa sob todos os aspectos, dos setores de ambos os estados ligados à área cultural.

ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA